

A propósito das pequenas unidades de análise em geografia urbana: a unidade de vizinhança como realidade geográfica intraurbana

IVO LAURO MÜLLER FILHO *

INTRODUÇÃO

O presente artigo abordará alguns aspectos da estrutura interna das cidades, nos quais os contatos entre os fatos geográficos e os fatos sociológicos são por vezes indiferenciáveis. Por este motivo, é conveniente anteceder tal estudo pela apreciação de algumas considerações sobre esses pontos de contato, mais do que sobre suas interfaces.

Discussões sobre a natureza da ciência geográfica periodicamente retornam à pauta. É ciência da Terra ou é ciência do Homem? Ela tem por objeto a organização do espaço, ou o estudo da sociedade que o organiza? Sem entrar no mérito da questão, tais perguntas não encontraram uma uniformidade de respostas nem mesmo na alocação da geografia na estrutura universitária brasileira: ora está vinculada à área das ciências da natureza, ora à das ciências sociais, quando não à de letras e humanidades. Na verdade, nem os geógrafos são unânimes ao dizer onde devem estar. . .

Em parte tal insegurança (ou, pelo contrário, dever-se-ia falar em convicção arraigada?) relaciona-se à sempre lembrada diferenciação (dicotomia?) geografia física — geografia humana. A primeira está indubitavelmente ligada, pelo seu campo de análises, às ciências da natureza, mais rigorosamente às Ciências da Terra. A geografia humana, entretanto, tem por objeto o quê: a paisagem modificada pela Humanidade? ou a sociedade, considerada como o elemento motor das modificações constantes e irreversíveis do espaço? No primeiro caso, a geografia é uma Ciência da Terra; no segundo, é uma Ciência Social. Ao considerar-se a geografia uma Ciência da Terra, o *homem é agente* modelador do espaço; enquanto Ciência Social, o *espaço é agente* interveniente nas ações e interações humanas.

Em particular no caso de considerar-se *cientista social*, o geógrafo deverá ter conscientes as interligações e as interfaces de sua ciência com as demais

* Universidade Federal de Santa Maria (RS) e Doutorando do Curso de Pós-Graduação em Geografia (UNESP - Campus de Rio Claro).

da área, em especial com a sociologia e com a antropologia cultural, que compartilham o mesmo objeto: as sociedades humanas.

É a respeito de tais questões que far-se-ão algumas considerações preliminares.

RELEMBRANDO UM PIONEIRO

A complementação correlacionada entre o territorial, o social e o mental foi muito bem percebida por Maximilien (Max.) Sorre (1880 — 1962), numa época em que os geógrafos costumavam preocupar-se apenas com as realizações materiais do homem sobre a paisagem. Muito citado mas nem tanto lido, Sorre foi cultor do intercâmbio científico multidisciplinar. Ele mesmo, como geógrafo, aproximou-se da biologia, da psicologia, da sociologia, e publicou textos magistrais sobre sua interdisciplinaridade¹. Discípulo vidaliano, lia muito não só seus concidadãos, mas também os cientistas do além-Reno e do além-Atlântico, e deles muito aproveitou. Daí provém sua aproximação marcante com a sociologia, principalmente com a que era praticada nos Estados Unidos, com a psicologia e ainda com a ecologia (em seu significado mais amplo). Considerava o *meio* ('milieu') "o conjunto de condições exteriores de vida do indivíduo ou do grupo"; ainda que indivisível em si, desdobrava o *meio* em três conjuntos, cada um individualizado apenas para fins de análise pelo cientista: o complexo climático, o complexo vivo e o complexo social (SORRE, 1954:1). Interessa mais, para o desenvolvimento do tema, este último.

Em intensidade variável, dependente do maior ou menor número de pessoas com quem se relaciona ou convive, o homem está inserido em um *complexo social*, criado e assegurado por ele mesmo desde que se tornou espécie humana. Conforme expôs SORRE: 13-15): "Animal social, o homem passa uma parte de sua existência no seio de um grupo em uma aldeia ou em uma cidade em que todas as condições climáticas locais são modificadas. Ele troca seus parasitas com outros homens. (... ..) Ele faz parte de uma profissão, de uma casta, de uma família, de uma classe, de um Estado. Ele tem uma religião. (... ..) Em cada um de seus gestos, em cada um de seus pensamentos, o social e o individual se entremeiam inextricavelmente."

Ao viver no meio social e ao ser por ele influenciado, o homem sente suas marcas na tecitura mental, na consciência individual e coletiva. É por isso que, a par de uma psicologia individual, há uma psicologia social e uma psicologia das multidões.

O ser humano, apesar de seu individualismo, se comporta como membro de um grupo. É um ser social. Vive em uma sociedade organizada em categorias sociais, profissionais, religiosas, étnicas, paralelas mas não exclu-

¹ O leitor de língua portuguesa tem agora oportunidade para ler o mestre francês: vide MEGALE, Januário Francisco (org.). *Max. Sorre*. São Paulo, Ática, 1984.

centes, cada uma imprimindo certas marcas no indivíduo que a elas pertence: em regra geral cada um convive com seus pares, conversa sobre assuntos de sua profissão e reflete as influências do ambiente psicossocial no modo de se comportar, de ver o mundo, de estabelecer sua escala de valores.

Das múltiplas influências do habitat, dos gêneros de vida, da profissão e das classes sociais, resultam *padrões coletivos de comportamento*, alguns dos quais têm representação e significância espacial. Neste sentido diferenciam-se dois *meios humanos*: os meios rurais e os meios urbanos, ambos internamente também diferenciados e, em alguns casos, até conflitantes, devido a interesses ou a filosofias de vida antagônicas.

Ao referir os característicos psicossociais do homem urbano, SORRE (1954:28) afirma que ele está envolvido por uma *atmosfera social* extraordinariamente complexa e interligada em seus componentes, seja no sentido vertical (classes sociais), seja no sentido horizontal (grupos profissionais, religiosos, etc., independentes do nível social); em qualquer das duas categorias, cada grupo tem sua "lei". O *homem urbano* é um tipo nervoso; quicá neurótico, com reações rápidas (diferentes da "placidez" do homem do campo), é sociável no sentido de aceitar com maior facilidade a participação em grupos, tem maior diversificação de tendências e mobilidade (caracterizadas, entre outros aspectos, pela maior facilidade em mudar de emprego, de residência, e de adotar novidades).

De fato, o habitat urbano é completamente distinto do meio rural. Neste sentido, é difícil encontrar melhor apreciação do que é uma cidade do que a seguinte citação, que bem mostra o pensamento sintetizador de Max. Sorre:

"Uma cidade não representa apenas uma massa de edifícios alinhados ao longo das ruas, uma massa de homens vindos de todos os pontos do horizonte, e por assim dizer intercambiáveis. Seus habitantes não são mantidos no lugar pela pressão das necessidades e dos interesses econômicos. Têm em comum tradições, uma certa maneira de sentir e de se expressar, um certo temperamento (... ..) Compreender uma cidade é, para além dos monumentos, para além da história inscrita em suas pedras, reencontrar o modo de ser de seus habitantes." (SORRE, 1952:287). Pergunta-se: onde, nesta síntese, delinham-se as interfaces da geografia com a sociologia e a psicologia?

É indiscutível a importância, para o geógrafo, da consideração do fenômeno sociológico. A importância é fundamental no caso da geografia humana, e o é particularmente para o geógrafo urbano: "Fato geográfico, a cidade é também um fato social. Sociólogos e geógrafos lhe dedicam paralelamente o estudo, desde as estruturas elementares que entram na composição do complexo até a expressão última da vida da cidade. (... ..). O apelo a esses temas (desenvolvimento urbano, espaço social dos habitantes, consciência urbana, ecologia urbana, dentre outros) basta para sugerir direções de pesquisa a respeito das quais o geógrafo tem todo

interesse, mas que pertencem especificamente ao sociólogo” (SORRE, 1957:180).

A contra-marcha não é menos verdadeira: o fenômeno social tem relação, às vezes muito íntimas, com o espaço, e o sociólogo pode se aproveitar das considerações que são típicas do geógrafo. Ao comentar a sociologia de Durkheim, o mestre francês afirma (SORRE, 1957:43) que cabe à sociologia o estudo do “substrato social” e sobre seu conceito questiona, para em seguida responder: “Mas como se define este substrato social? Por sua forma exterior, primeiramente, e por seu conteúdo. Sua forma exterior, isto é, sua dimensão, sua situação, suas fronteiras, e aqui é feito um apelo a Ratzel. Seu conteúdo, isto é, sua população e a distribuição desta sobre o território, isto que denominamos, nós geógrafos, habitat rural e habitat urbano. Enfim, os modos de utilização do solo.”

A preocupação com os pontos de contato, seja quanto ao objeto seja quanto aos procedimentos metodológicos, entre a geografia e a sociologia, é outra constante no autor (SORRE, 1948:90): “(... ..) a sociologia americana teve um desenvolvimento autônomo notável. Ela se deparou com as preocupações ecológicas. (... ..) Na América, os sociólogos incumbiram-se das tarefas assumidas entre nós (na França) pelos geógrafos apoiados nos historiadores dos fatos sociais. (... ..) Um geógrafo francês, inglês ou alemão, ao consultar um manual americano de sociologia rural, encontra material sobre habitat rural, estruturas agrárias, demografia e migrações rurais que lhe são familiares. (... ..) é surpreendido pelo emprego de métodos estatísticos, (... ..) observa também a profusão e mesmo a genialidade das ilustrações cartográficas, que são os meios habituais de análise dos geógrafos. (... ..) Seja o que for, os geógrafos europeus tirarão proveito em assimilar o enorme material reunido pelos sociólogos americanos, no domínio da Sociologia rural e da Sociologia urbana. Penso que a proposição inversa não seria menos exata.”

Max. Sorre, com sua perspicácia, anteviu e propugnou pela aproximação da Geografia com as Ciências Sociais, em particular com a Sociologia. Assumiu posicionamento pioneiro, dentro de uma escola de pensamento que, à época, não tinha dúvidas a respeito do objeto de sua ciência: a paisagem (SORRE, 1957-29), tanto a natural quanto a humanizada.

Entretanto, na Geografia humana, a perspectiva de análise mudaria, como ver-se-á em seguimento.

A PERSPECTIVA SOCIAL NA GEOGRAFIA

Os anos sessenta viram surgir novas abordagens à Geografia, em contemporaneidade ao desenvolvimento da geografia teórica. Análises em Geografia humana desenvolveram consideravelmente o emprego de técnicas de quantificação — as quais talvez tenham aproximado os adeptos da “nova geografia” dos sociólogos que já as empregavam com anterioridade em seus

trabalhos de ecologia fatorial (com ênfase em seu uso na Sociologia urbana e rural). O movimento inovador desenvolveu-se a partir da Geografia anglo-saxônica, um dos focos principais de difusão sendo os Estados Unidos.

Dentre as novas ópticas de análise, surgiu a geografia social. Não deixa de ser paradoxal que geógrafos americanos, para chegarem ao *social* na Geografia, tenham se inspirado na Sociologia e na Geografia francesas. MURDIE (1971:279) afirma: “Chombart de Lauwe é responsável pela contribuição conceitual mais fundamental unindo o espaço social ao espaço físico da cidade. Em um estudo de morfologia social de Paris, ele sugeriu que o espaço social é composto pelo espaço econômico, demográfico, cultural e de outros tipos, os quais, quando superpostos ao espaço físico da cidade, servem para isolar áreas de homogeneidade social.”

Ainda MURDIE (1971:280) cita Anne Buttimer que, em 1968, na *International Encyclopaedia of the Social Sciences*, definiu a Geografia social como sendo o estudo geográfico do espaço social, este tendo três componentes principais:

1. característicos externos, representados espacialmente como áreas, e obtidos por mapeamento de critérios socioeconômicos;
2. características funcionais, representados espacialmente como pontos (lugares) que servem com principais focos de atividade social;
3. características de circulação, representados no espaço como linhas que configuram fluxos de mercadorias, serviços, pessoas e idéias, incluindo o espaço percebido por indivíduos e grupos específicos;

Murdie acrescenta que a autora foi, nesta formulação, consideravelmente influenciada, além de Chombart de Lauwe, por La Blache e Max Sorre.

O interesse pela vinculação da geografia, como ciência social, a seu objeto, reaparece em Alain REYNAUD (1979: 19-32). Ele considera que as diferentes ciências sociais lidam com *classes* (partes componentes de um conjunto maior) que sempre compreendem o social: a economia trabalha com classes sócio-econômicas, a história com classes sócio-temporais, a sociologia com classes sócio-culturais (sic), a antropologia com classes sócio-sexuais (sic), a política como classes sócio-políticas. Propõe um novo termo, alternativo e neutro, para designar o espaço geográfico. Em vez de *região* ou de *conjunto territorial* (expressão de Paul Claval), argumenta sobre a adequação da expressão *classe sócio-espacial*, que abrange realidades muito diferentes em natureza e em tamanho, como um bairro, uma cidade, uma região, um Estado, etc. Assim, vincula o objeto da Geografia concomitantemente ao espaço e à sociedade: “trata-se de levar em consideração o grupo social que vive sobre um espaço e que forma então uma classe sócio-espacial.”

O conceito de classe sócio-espacial proposto por Reynaud abarca dois elementos:

1. o território — que é muito mais que o espaço físico (rebatizado como classe físico-espacial); ultrapassa a noção de região natural ou de paisagem humanizada;

2. a noção de comunidade, isto é, a consciência das pessoas de pertencem não apenas a um grupo mas também a algum lugar.

Em verdade percebe-se, cada vez mais nítida, uma tendência de os geógrafos se apoiarem na Sociologia, e de centralizarem suas preocupações com maior ênfase sobre os fatos sociais do que sobre a morfologia e a estrutura do espaço. É o que se verifica, por exemplo, na Geografia urbana.

O SOCIAL E A GEOGRAFIA URBANA

Quaisquer que tenham sido as razões que levaram as pessoas a se instalarem permanentemente em um local, a sedentarização coletiva estabeleceu relações societárias. Estas relações diferenciavam o *cidadão*, na forma de organização e no modo de pensar, das outras pessoas cujo habitat era rural. Desde os primórdios da civilização relacionaram-se e contrapuseram-se, nem sempre obrigatoriamente em caráter antagônico, dicotomizado, o urbano e o rural. São dois habitat e dois gêneros de vida que ainda hoje, a despeito de todos os progressos técnicos e de todas as transformações culturais, permanecem diferenciados. Desde que a cidade surgiu, ela tendeu para a especialização. Razões de comércio, de segurança, de crença religiosa, de controle político sobre um território, podem explicar a gênese de núcleos urbanos e, em decorrência, sua função primitiva. A função primitiva costuma transformar-se, em conseqüência das continuadas modificações conjunturais e estruturais que ocorrem no decurso da História. A partir de sua instalação a cidade configura-se como um conjunto físico, a saber, que ocupa um território, formado de parcelas justapostas, diferenciadas mas interdependentes. Independentemente de seu tamanho, o espaço urbano apresenta diferentes setores, individualizados por critérios funcionais, sociais e em muitos casos raciais, étnicos e religiosos. Para a diferenciação intraurbana, portanto, colaboram não apenas o meio natural (o sítio, dirá o geógrafo), mas ainda toda uma complexa organização material e não material — econômica, social, cultural — que lhe são inerentes. Mais uma vez, para melhor compreensão da realidade urbana, entrelaçam-se os pontos de vista da Geografia, da Sociologia, da Psicologia, porque *três espaços* se entrecruzam, mais que se superpõem: o espaço geográfico, o espaço social e o espaço mental. Lembrando Max. Sorre em seu conceito abrangente de *complexo*, pode-se afirmar que a cidade constitui um *complexo urbano*, objeto de estudo da Geografia urbana, da Sociologia urbana e da Psicologia social.

Questão que se impõe como importante é a do *tamanho* do fenômeno urbano. Em relação aos sistemas de cidades, isto é, considerando as relações interurbanas, os estudos variam da escala mundial para a nacional, a regional e (em termos de nomenclatura do IBGE) microrregional; a cidade nada mais é do que um ponto numa rede de fluxos interconectados. Porém,

quando se trata de estudos em escala intraurbana, a questão muda de figura. Qual é o tamanho da menor unidade de análise que pode constituir o tema de uma investigação geográfica? A tradição de monografias urbanas brasileiras consagrou estudos de setores funcionais (centro comercial, bairros residenciais, etc.), cartograficamente areolares; diversos artigos desceram na escala de tratamento, fazendo estudos sobre artérias urbanas. Seria a rua a maior unidade de trabalho? ou a quadra? Nesses casos, a cartografia teria como resultante um traçado linear. E ainda há a possibilidade de considerar-se o quarteirão. Estudos recentes, desenvolvidos em particular após a apropriação, pelo geógrafo, da percepção do fenômeno social, têm-se concentrado em um conceito sociológico que tem expressão espacial: a *unidade de vizinhança*, conceito em tudo e por tudo muito flexível. Flexível mas significativo: enfeixa em um único fato sócio-espacial o aporte da Geografia urbana, da Sociologia urbana e da Psicologia social. Como referencial de dimensão, a unidade de vizinhança pode ser enquadrada em uma classe igual ou inferior às de 5ª ordem na escala de magnitude geográfica apresentada por HAGGETT (1972:14), quando este autor afirma: "Os menores assuntos estudados (pela Geografia) estariam ao nível (... ..) de um quarteirão urbano (cuja dimensão teria) não menos que algumas centenas de metros de extensão, (... ..)".² Entretanto não podemos, mais uma vez, deixar de lembrar SORRE (1957:181): "(... ..) o geógrafo não se desinteressa (sobre as unidades de vizinhança) seja porque sua existência é geradora de movimentos, seja porque eles se traduzem na própria fisionomia da cidade. Mas os métodos de pesquisa são sobretudo os do sociólogo."

A COMPARTIMENTAÇÃO ESPACIAL INTRAURBANA

Devido a seu peso demográfico e a sua força econômica e política, a grande cidade constitui um dos campos de estudo preferenciais do sociólogo e do geógrafo.

A totalidade das teorias que buscam explicar o fenômeno urbano em suas diferenciações internas leva em consideração apenas as cidades grandes, com características metropolitanas. Ao contrário, as médias e pequenas cidades, em especial aquelas que estão no limiar do aglomerado rural, não têm merecido, ao que sabemos, a não ser a atenção de monografias de cunho idiográfico.

Entretanto, desde a implantação as aglomerações urbanas se diferenciam em setores, cada um com uma fisionomia característica. Mesmo nas pequenas cidades brasileiras de hoje — digamos, com menos de dez mil habitantes — em particular naquelas que esboçam o padrão retangular, há um zoneamento incipiente:

² Não estamos afirmando ser, o quarteirão, a menor unidade de observação; esta, em termos de levantamento de dados, pode ser o imóvel, construído ou não.

1. o *centro*, em geral referenciado pela praça da Igreja Matriz; em seu contorno se distribuem a Prefeitura, o Fórum e demais serviços públicos, a estação rodoviária, o hotel e o restaurante, o comércio varejista de luxo e as residências da classe abastada; é a área mais movimentada da cidade, inclusive nas horas de lazer social; mesmo que não concentre os órgãos de serviços, ele existe como uma realidade no mapa mental dos habitantes;

2. a *proximidade do centro*, área predominantemente residencial da classe média, em geral servida por pequeno comércio varejista de gêneros alimentícios (armazém, bar); é o domínio das donas-de-casa, das conversas-de-comadre, das crianças brincando nas ruas;

3. a *periferia*, zona de transição com as áreas rurais circunvizinhas; é a área por “onde se entra na cidade” e que, por isso, pode ter uma *praça do portão* onde se instala uma casa comercial multi-especializada (“armazém colonial”, no Rio Grande do Sul); é esta zona que, em termos socioeconômicos, concentra as moradias das classes menos favorecidas que se abastecem em bodegas de venda-a-miúdo; é raro que nesta área não se localize um campo de futebol-de-várzea, palco das “peladas” do fim do dia ou da semana.

A existência de zonas dentro da cidade é inerente à pluralidade de funções que lhe deram razões para surgir e crescer. À medida que a aglomeração evolui, mais se diferenciam seus vários setores: administrativo, comercial, residencial, industrial, etc. A diferenciação espacial intraurbana, entretanto, não se apóia somente em critério funcionais, mas também em motivos de ordem histórica, socioeconômica, às vezes em razões de ordem étnica ou religiosa. LAVEDAN (1959: 207), arquiteto muito simpático à Geografia (chegou a afirmar, já nos idos de 1936, que o urbanismo é o campo de atuação do geógrafo) disse que “toda cidade se decompõe em bairros (“quartiers”), tendo cada um sua fisionomia, seja uma originalidade física, seja um povoamento ou uma atividade econômica particulares.” Empregou a palavra “quartier” com o significado de setor funcional urbano e, nesse sentido, considerou seis tipos de bairros: comercial e de negócios (o CBD americano), industriais, residenciais, universitários, políticos e administrativos, e o bairro da estação. Considerando a publicação da primeira edição de seu texto de “geografia das cidades”, em 1936, compreende-se a individualização e ênfase ao terminal ferroviário urbano em uma Europa pré-guerra e pré-surto dos transportes rodoviários. *Mutatis mutandis*, o bairro da estação existe em grandes cidades brasileiras, com seu comércio variado e com os hotéis prontos a hospedar viajantes que necessitam transbordo: São Paulo, por exemplo, com a Estação da Luz e a antiga (sic) estação rodoviária vis-a-vis.

Na cidade grande LAVEDAN (1959:232) destaca o *subúrbio* (“*banlieu*”), zona de transição do urbano com o rural, cujos moradores apresentam características socioeconômicas e psicossociais próprios (mas qualitativamente variáveis de metrópole a metrópole; lembre-se a condição européia do autor citado, que, ao tratar do problema, enfocou particularmente as

grandes capitais do Velho Mundo: Paris, Londres, Berlim, Viena — mas lembre-se também que, pelo menos até há poucos anos atrás, ser *suburbano* tinha, em muitas capitais brasileiras, conotação pejorativa...).

Em qualquer caso a consideração fundamental é que, além das compartimentações funcionais, as cidades (mesmo as pequenas) apresentam diferenciações socioeconômicas, quando não étnicas, raciais ou religiosas. Em alguns casos as diferenciações são flagrantes e problemáticas; é possível classificá-las na categoria de *segregação espacial*: o Harlem e a Pequena Sicília, respectivamente, em Nova Iorque e Chicago; Chinatown, em São Francisco da Califórnia. Nem sempre há antagonismos étnicos, religiosos ou raciais — é o caso comum no Brasil, em que bairros étnicos surgem sem caráter segregacionista: a Liberdade, bairro “oriental” em São Paulo (capital), e o Bonfim, bairro “judeu” em Porto Alegre (RS), são exemplos característicos.

Seja religião, etnia, classe social, há um sentimento que funciona como uma argamassa que une as pessoas, dando-lhes a consciência de sua unidade, e de sua afinidade, nesta unidade, com o espaço que ocupam: o sentimento que as pessoas têm de pertencer a um grupo, a uma comunidade e a uma área; ele é típico da natureza humana, e é essencial para uma interpretação mais completa da ocupação do espaço. É um dos já citados elementos da classe sócioespacial: a noção de comunidade, expressa por Juillard como “um certo sentimento de pertencer a uma região, originado de um conjunto de solidariedades, de hábitos, de “cumplicidades que confere a um dado território uma determinada coesão...” (REYNAUD, 1979:32).

MODELOS SOCIOLÓGICOS E GEOGRÁFICOS DA ESTRUTURA URBANA

As interpretações das diferenças socioeconômicas entre as diversas zonas de cidades com dimensão metropolitana desenvolveram-se sistematicamente a partir da Escola de Chicago, na década dos anos vinte. Fundamentada na ecologia humana, com inspiração no estudo de comunidades vegetais e animais, a sociologia urbana, tal como foi desenvolvida por R. E. Park e seu discípulo E. W. Burgess, considerava que a cidade “era o principal produto da competição e interdependência, e era caracterizada pela mobilidade (social e geográfica) de sua população” (JOHNSTON, 1974: 65-68).

Impressionado com as grandes diferenças entre os vários bairros de Chicago, Burgess procurou encontrar um padrão explicativo para a miscelânea das diferenças intraurbanas. Em 1924 — época de extraordinária turbulência social em todas as grandes cidades americanas — divulgou seu conhecido *modelo de zonas concêntricas*, em número de cinco, reformulado na nomenclatura em 1927. As características de cada zona são a seguir sumarizadas; dá-se a designação de 1924 em primeiro lugar, seguida nos parênteses pela de 1927.

1. Centro comercial ou C.B.D. (idem): corresponde ao foco nervoso

da cidade, onde se encontram os centros de decisão da vida econômica, social, cívica, política; concentram-se aí o comércio especializado, o comércio varejista, as grandes lojas de departamentos, os escritórios comerciais e de profissionais, os bancos, os clubes privativos, os hotéis, teatros e museus; o CBD está envolvido por uma área de comércio atacadista com seus grandes depósitos e com o mercado;

2. Zona em transição (Área da primeira instalação dos imigrantes): a denominação de 1927 reflete a conjuntura da época e os característicos do segundo anel concêntrico; nela se instalam, recém-chegados, imigrantes europeus pobres (italianos, irlandeses, judeus, por exemplo) e migrantes negros dos estados do Sul (o Deep South); transforma-se em uma área de deteriorização social e residencial que sofre, inclusive, a invasão, pelo comércio e pela indústria leve, de atividades econômicas que extrapolam seu âmbito característico de CBD; é o anel dos moradores das casas-de-cômodos, dos desabrigados (aqueles que dormem nos boeiros, embaixo da ponte, na calçada ao abrigo de uma parede), dos albergados, da hoboemia: é a área do vício — jogo organizado, bebidas (Burgess apresentou seu modelo na época da Lei Seca), prostituição organizada ou não;

3. Zona residencial dos trabalhadores independentes (Zona dos imigrantes de segunda geração): é a zona residencial da classe operária; tem um cinturão externo com intensa vida noturna (a “área das luzes cintilantes”, com os salões de dança e os cinemas de bairro); a ambição de cada morador desta zona é a de mudar-se para a

4. Zona das melhores residências (Bairros residenciais de classe média): é a zona residencial da classe média “nativa”³, na qual moram pequenos comerciantes, profissionais liberais, comerciários, vendedores, em geral trabalhando no Centro; no dia-a-dia, é área onde há maior número de mulheres, visto que os homens apenas retornam à noite, o que lhes dá (às mulheres) um poder mais efetivo, inclusive de participação política;

5. Zona dos viajantes diários ou “commuters’ zone” (Bairros residenciais de classe alta): é uma área de transição urbano-rural, onde se localizam, por um lado, moradias unifamiliares em amplos terrenos (o que reflete o alto “status” social) e, por outro lado, subúrbios-dormitório e pequenas cidades ou vilas onde moram pessoas que sediam suas atividades no CBD.

Esquema pioneiro e nomotético, o modelo de Burgess não foi contestado cerca de 15 anos; foi muito considerado pelos profissionais da área, mas foi total ou parcialmente contestado (*a posteriori*, pelo que nos consta) por outros, em particular por geógrafos que, à época, raciocinavam dentro de um referencial metodológico ideográfico. Dentro desta linha de raciocínio, por exemplo, Max. SORRE (1957:152) comentou: “O esquema concêntrico de Burgess deu origem a importantes trabalhos entre os sociólogos preocupados em encontrar áreas urbanas estatisticamente homogê-

³ Nativa no sentido da WASP: White, Anglo-Saxon, Protestant.

neas. Exames extensivos levaram Hoyt a substituí-lo por um esquema setorial que parece melhor convir ao estudo das cidades americanas. Em países velhos como o nosso (a França), onde as cidades passaram por vicissitudes milenares, a realidade dificilmente se deixa encerrar em tais esquemas.”

Entretanto são válidas as considerações de HERBERT & THOMAS (1982:20): “Ainda que expressamente reconhecendo que este modelo não serviria para cada uma e para qualquer cidade, Burgess mesmo assim pensou que poderia haver algum grau de generalização dentro da América do Norte, e que suas linhas mestras poderiam ser reconhecidas em Chicago e em algumas outras cidades dos Estados Unidos. O modelo de Burgess foi uma descrição da estrutura urbana, mas foi também imaginado para servir como um arcabouço mecanicista explicativo do crescimento e da transformação urbana. Os principais processos ecológicos envolvidos nos aspectos dinâmicos do modelo foram os de invasão e sucessão, pelos quais grupos populacionais retiravam-se gradativamente do centro à medida que seu status e nível de assimilação melhoravam”.

Exaustiva crítica ao esquema concêntrico de Burgess foi apresentada por M. R. Davie, em 1938, com fundamento em estudo pormenorizado de New Haven, Connecticut, e observações menos detalhadas em outras cidades dos Estados Unidos. Davie apresentou cinco constatações alternativas capazes de explicar a estrutura urbana (JOHNSTON, 1974:71):

1. há um C.B.D., irregular em tamanho, mas mais retangular ou quadrado do que circular;

2. as áreas comerciais podem estender-se ao longo das principais radiais, concentrando-se em certos pontos estrategicamente localizados para formar sub-centros;

3. a indústria tende a se localizar perto das estradas de ferro e das vias líquidas, onde quer que possam estar localizadas na cidade;

4. áreas residenciais formadas por moradias de baixa categoria social tendem a se instalar nas proximidades das áreas industriais e das vias de transporte;

5. áreas residenciais de segunda e de primeira categoria podem localizar-se em quaisquer outros lugares.

Em suma, conforme Davie, quanto à estrutura urbana “não há padrão universal, nem mesmo um tipo ideal”, pois cada cidade é um caso individual, em que as diferenças entre os indivíduos do universo estudado são mais significativas do que seus pontos em comum.

A tendência explicativa teorizante reapareceu com Hoyt, em 1939, quando ele propôs seu *modelo setorial* de zoneamento urbano (JOHNSTON, 1974:83).

Trabalhando sobre uma amostragem de 142 cidades dos Estados Unidos, com base no *valor do imóvel* (mais exatamente do imóvel residencial, seja preço de compra ou de aluguel), Hoyt concluiu pela validade de um esquema de estrutura urbana diferente do de Burgess.

1. As áreas de maior preço tendem a estar localizadas em um ou em mais de um setores da cidade; há um gradiente decrescente dos preços dos imóveis, a partir desta(s) área(s), em todas as direções;

2. Áreas de menor valor (valor intermediário) confinam com as de valor mais elevado, por um ou mais lados, dentro de cada setor;

3. Áreas de baixo valor ocupam completamente outros setores da cidade, do centro para a periferia;

4. Nas cidades pequenas ou de desenvolvimento lento, as áreas de maior valor podem ocupar parte dos setores diretamente adjacentes ao centro comercial; como nas cidades maiores, os setores de baixo valor desenvolvem-se do centro para a periferia, em um lado da cidade.

Correlacionando valor do imóvel com status sócio-econômico da população, nota-se que o esquema conduz a um zoneamento sociológico da cidade: diferentes setores se individualizam não só por sua função (comercial, industrial, residencial), mas também pelo poder aquisitivo da população, poder este que se relaciona diretamente com o status econômico: ricos residem em áreas de imóveis caros, menos ricos só podem ocupar setores distintos, em que o valor do imóvel é menos competitivo.

Os modelos de Burgess e de Hoyt, e o anti-modelo de Davie, correspondem à visão da cidade tal como ela foi analisada por sociólogos.

Geógrafos americanos também se interessaram por estudos urbanos sob um prisma nomotético. É o caso de C.D. Harris e E.L. Ullman, que formalizaram, em 1945, uma contribuição ao modelo setorial (JOHNSTON, 1974:94,95). Argumentando que ambos os modelos anteriores assumiam o princípio que as cidades se desenvolvem a partir de um único core, contrapuseram seu *modelo polinuclear*; circunstâncias diversas, inclusive de natureza física, fazem com que possam desenvolver-se nas cidades núcleos separados, de modo que podem coexistir no conjunto urbano vários centros. Quatro razões fundamentam o novo esquema:

1. Algumas funções requerem condições especiais de localização (condições físicas ou de infraestrutura): o comércio varejista tem preferência por se instalar em locais de fácil acesso, instalações portuárias exigem lençol líquido com calado suficiente;

2. Atividades similares, de modo particular aquelas voltadas para economias de escala externa, tendem a se agrupar, a exemplo das áreas de escritórios de navegação, de exportação, ou da localização de complexos industriais.

3. Certas funções são mutuamente prejudiciais e até excludentes, por exemplo indústrias poluidoras e áreas residenciais de classe alta; ocupam, por isso, setores distintos;

4. Algumas atividades não podem arcar com os altos custos do valor dos imóveis no CBD; formam-se assim áreas subsidiárias, de comércio especializado, na orla do Centro ou em sub-centros da cidade (comércio de mobiliário, venda e revenda de automóveis, por exemplo).

O esquema polinuclear de Harris e Ullman corresponde, quando comparado aos anteriores, a um modelo mais adequado à realidade sócio-espacial da cidade moderna, muito complexa para ser normatizada por mero zonamento social de cinturões concêntricos ou por setores justapostos.

Mais recentemente, em 1969, B. J. L. Berry e P. H. Rees propuseram outro esquema explicativo da estrutura urbana, ao qual denominaram *modelo integrado* (JOHNSTON, 1974:343).

A fundamentação teórica do modelo inspira-se na sociologia: o referencial de análise é a estrutura social da população, e ela tem por indicador o preço ou o aluguel residencial.

São quatro os elementos essenciais:

1. A pressuposição básica é a de que a estrutura social da cidade, pesquisada através da análise de *unidades familiares*, contém duas dimensões: (a) o *status sócio-econômico*, referenciado por indicadores como educação, profissão, renda; (b) o *estágio no ciclo de vida*, referenciado pelo número de filhos da unidade familiar. Juntas, as duas dimensões formam o *espaço social urbano*, que pode ser mapeado como um espaço residencial; os espaços sociais urbanos, conforme as duas dimensões, apresentam fisionomia diferenciada, porque: (a) a dimensão sócio-econômica da família é refletida pelo preço ou aluguel das moradias e é visualizada por seu tamanho e qualidade; (b) a dimensão ciclo-de-vida correlaciona-se ao tipo de moradia: famílias sem filhos tenderiam a escolher edifícios de apartamentos, e famílias com muitas crianças dariam preferência a morar em residências individuais unifamiliares;

2. A cidade se diferencia em *bairros residenciais*, cuja individualização resulta do fato de as pessoas tenderem a viver em grupos com certa homogeneidade interna ("os semelhantes se reúnem"); neste sentido, bairros são *espaços de comunidade*: constituem uma comunidade social e são reconhecidos tanto pelo status socioeconômico quanto pelos característicos familiares dos moradores;

3. As diferentes comunidades têm, cada qual, uma determinada *localização no espaço físico* da cidade, organizada a partir do C.B.D.; forma-se assim uma série de zonas e de setores (mas não no sentido normativo dos modelos de Burgess e de Hoyt).

4. O padrão urbano torna-se mais complexo devido à ocorrência de dois *fatores de distorção*: (a) a distribuição espacial de *grupos minoritários*, que geralmente vivem em comunidades altamente segregadas; (b) o surgimento de *locais secundários de trabalho*, que atuam como núcleos menores que atraem comunidades em seu derredor (no que os autores se aproximam de Harris e Ullman).

A despeito de tentar ser generalizante, o modelo de Berry e Rees representa uma realidade regional, mais do que universal; está muito mais próximo da estrutura social, econômica e cultural dos Estados Unidos da América do Norte. Não se ajusta com a mesma facilidade à situação da Europa, onde as cidades refletem o forte peso do passado, da herança histórica, e

à situação urbana da América Latina, com toda sua heterogeneidade de herança ibérica complicada pelo processo colonizador e pela complexidade das relações sociais, econômicas e políticas instáveis não só nos dias de hoje.

Independente de seu grau de generalização, o modelo integrado de Berry e Rees espelha a tendência recente da Geografia urbana — e porque não dizer da Geografia humana? — qual seja a da crescente importância atribuída ao fato social na análise e na explicação do espaço geográfico, e à consideração de que a unidade de observação fundamenta-se, no essencial, em um conceito sociológico: a *comunidade* social, em suas diferentes variantes, mais do que o espaço modificado e caracterizado pelas comunidades que o transformam.

OS PROCESSOS DE ABAIRRAMENTO

A cidade, além das funções econômica e administrativa, tem como essencial a função residencial. Por esta razão, que é para a espécie humana uma razão de sobrevivência, o *espaço-moradia* ocupa posição de destaque nas preocupações do cientista social e do cientista do espaço: sociólogo, geógrafo, urbanista.

As considerações até aqui apresentadas permitem esquematizar a estrutura urbana como estando constituída por dois elementos essenciais: o *Centro* e os *Bairros*.

Ambos assentam sobre uma base territorial e ambos reúnem pessoas que trabalham, relacionam-se, convivem — mas que, diariamente, retornam a seus locais de repouso: os setores residenciais.

A função residencial é básica para a existência da cidade: à medida que o núcleo urbano cresce em área construída, mais a função residencial se individualiza no espaço em relação às demais. Se a diferenciação não é nítida na cidade pequena, ela se acentua com o crescimento urbano: naquela, o Centro é também a sede de residências das famílias abastadas, na metrópole ele é um vazio demográfico noturno. O Centro acumula as funções predominantemente não-residenciais (administrativa, comercial, financeira), o Bairro é o domínio das moradias familiares.

No entanto, o conceito de bairro é enganosamente simples e por isso, nas aparências, desnecessário de ser definido em seus elementos constitutivos. O dicionário consigna: “cada uma das partes em que se costuma dividir uma cidade ou vila, para mais precisa orientação das pessoas e mais fácil controle administrativo dos serviços públicos” (AURÉLIO). Advém da definição:

1. o bairro é uma entidade que existe para fins de administração pública — e é com este significado que as municipalidades o consideram;
2. ele tem uma localização característica, que pode funcionar como referência espacial;
3. é uma parcela do conjunto urbano.

É um significado amplo, necessário de ser explicitado. O bairro é isso que foi dito, mas não é tanto, e ao mesmo tempo é algo mais... É uma das partes da cidade — mas o CBD também o é, e este é Centro e não Bairro. Em outros termos: a tendência é a de restringir a abrangência do vocábulo, limitando-o àquelas partes da cidade com caráter predominante, ainda que não exclusivamente, residencial. Pergunta-se agora: qualquer área residencial é um bairro? Também não. Além de ser uma área residencial com delimitação mais ou menos precisa, o bairro tem *individualidade* no consenso dos habitantes da cidade e no consciente de seus moradores: seu nome evoca uma imediata imagem mental que o diferencia de outras zonas da cidade.

O conceito de bairro, que estamos desenvolvendo, envolve três componentes:

1. o *componente geográfico*: o bairro tem territorialidade, com sua localização no conjunto maior, com sua ambiência climática, com seu sítio característico, com sua morfologia e estrutura;

2. o *componente sociológico*: o bairro abriga, sob a forma de relações de vizinhança, uma comunidade cujo traço-de-união mais singelo (nem por isso o menos importante) é a contigüidade residencial;

3. o *componente psíquico-social*: a população do bairro tem consciência de que ele é uma entidade territorial e que, de certa forma, a ele está vinculada, seja em seus aspectos positivos, seja nos negativos.

Milton Santos (1981) ensina que os bairros têm paisagem, estrutura e vida até certo ponto característica e autônoma, e que refletem as condições sociais dos moradores.

As condições sociais dos moradores, em última análise, dão a tônica da fisionomia de cada bairro. A fisionomia, no caso, não se reflete apenas na aparência física das construções, manifesta-se também no espírito, na psicologia coletiva dos moradores. Referindo-se ao determinismo social que se exerce sobre o homem urbano, SORRE (1952-392) explica: “Aprofundando, em nossos dias mais ainda a classe, alhures a casta, compõem um meio social no interior do qual ele (o homem das cidades, o comerciante, o trabalhador da indústria) se move. (... ..) É preciso ter participado de uma obra educativa, quem sabe ter crescido em um arrabalde industrial, para saber qual o peso, sobre a formação do pequeno cidadão, da ação destes meios: a Rua, o Pátio do grande prédio de habitações coletivas. Nestes quadros organizam-se espontaneamente sociedades juvenis à margem da grande sociedade, às vezes contra ela, com suas iniciações, suas leis, suas proibições. Isso aumenta as dificuldades de uma ecologia urbana geral: há ecologias urbanas, como há gêneros de vida próprios a cada grupo, como há níveis de vida. E o afastamento entre as classes sociais pode ser muito considerável.”

De fato: atividade profissional, etnia, religião, casta em certas sociedades, classe social, podem diferenciar espaços intra-urbanos. O fenômeno é histórico; a cidade medieval européia, com sua estrutura econômica assentada sobre as corporações de ofício, possuía setores especializados: a rua dos

sapateiros, o quarteirão dos alfaiates, o desembarcadouro dos ourives, a zona dos estudantes universitários, cujas marcas persistem ainda agora na estrutura urbana das velhas capitais.

Etnia e religião levavam (e levam) à segregação espacial. No mundo ocidental e cristão da Península Ibérica, os setores urbanos destinados aos israelitas (a judiaria) e aos mussulmanos (a mouraria) eram presença efetiva e freqüente. Na América de hoje a segregação étnica e racial é uma das feições urbanas mais características dos Estados Unidos. Negros formam seus guetos invioláveis; mexicanos, porto-riquenhos, os latino-americanos de modo geral, podem conviver com os negros, mas não com a população branca. Judeus, irlandeses, sicilianos, se recém imigrados e não-afortunados, não residiam nas mesmas áreas — mesmo que pobres — dos brancos *all american*. Mantém-se, assim, por um processo de segregação social e espacial, a perpetuação e o isolamento de comunidades fechadas, com um forte sentimento de inferioridade, de auto-defesa, de agressividade e de reação social, haja vista os movimentos contestatórios, com característicos de convulsão social, nas grandes cidades americanas de numerosa população negra.

Fenômeno correlato, muitas vezes coincidente com o da segregação racial, é o da favelização, que também ocorre nas cidades, mesmo nas pequenas.

A metrópole tem sua área de deterioração social na periferia do Centro, onde velhos casarões abrigam população pobre, muitas vezes de migração recente, e sem recursos para sustentar o aluguel ou a prestação mensal de residências melhores afastadas do Centro. Formam-se as habitações familiares coletivas, apinhadas de moradores: cortiços, casas-de-cômodos, cabeças-de-porco, a língua portuguesa é fértil para designá-las. Formam-se também favelas, verdadeiros bairros ou “vilas” à margem da sociedade — daí seus habitantes serem considerados “populações marginais”. Instalam-se em sítios menos valorizados pela especulação imobiliária, dentro ou na periferia da cidade: encostas de morros, várzeas alagadiças, e mesmo sobre a água (vide Manaus e Hong Kong), e nelas persistem até serem erradicadas pela pressão do próprio crescimento urbano. Aglomeram habitações toscas, construídas com qualquer tipo de material de baixa qualidade, sem condições mínimas de higiene (domiciliares e públicas) e de infraestrutura. Algumas recebem denominações sugestivas ou humorísticas: Beco dos Herdeiros, Maloca do Pirulito, Nova Brasília, Vila Buraco Quente, Vila do Respeito (todas em Porto Alegre, RS). São freqüentes diferenciações zonais dentro da própria unidade favelada, mesmo se relativamente pequenas: é o caso das denominadas Vila da Lata e Vila da Pulga, em Santa Maria, RS, onde entre ambas não há separação física, porém a há consensual para os moradores.

Referimos antes a proposição do termo classe sócio-espacial como sinônimo de região, de setor, de qualquer área onde sociedade e território estejam entrelaçados. Enfocando a cidade como um mosaico sócio-espacial, REYNAUD (1979:10-16) comenta o relacionamento de diferentes classes

sociais dentro do espaço urbano, explica o que ele denomina *auto-correlação espacial* (vizinhança no espaço) e sumariza estas relações apresentando dois esquemas sócio-espaciais urbanos, sumamente hipotéticos mas válidos, a despeito do elevado grau de generalização. Ao apresentá-los, Reynaud aceita a proposição de que a estrutura espacial reflete uma estrutura social: a organização social dos homens deixa suas marcas no espaço que eles ocupam.

Os esquemas são:

1. Um modelo de alta segregação sócio-espacial: a cidade é formada por bairros em que cada um é homogêneo do ponto de vista socioeconômico. Há bairros de ricos, de classe média, e há os bairros das classes baixas; supõe-se que as condições de infraestrutura são decrescentes na mesma ordem. Nos bairros da classe menos favorecida, na procura de melhoria das condições de vida, duas situações podem desenvolver-se: a) a eclosão de movimentos sociais urbanos, através dos quais a população reivindica as melhorias necessárias, às vezes com caráter de violência; b) o enclausuramento sócio-espacial, com a decorrente formação do gueto;

2. Um modelo no qual as diferenciações sócio-espaciais são atenuadas. O mosaico residencial urbano é formado por bairros nos quais se justapõem diferentes classes, ainda que haja diferenciação de classe em escala menor (quarteirão, por exemplo). Em conseqüência da proximidade física (vizinhança), tenderá a ocorrer a “união das classes” para a obtenção dos objetivos comuns de melhoria das condições locais, especialmente através da formação de grupos de pressão do tipo Associações de Bairro.

O essencial, em ambos os esquemas, é que se forma, a nível de bairro, um movimento de conscientização coletiva relacionada ao espaço residencial, e que o processo psíquico-social de sentimento de união (intra-classe ou inter-classes) vincula-se aos fenômenos de comunidade e de vizinhança.

JOHNSTON (1974:15) lembra que os padrões residenciais urbanos raramente são estáveis, porque novas áreas são agregadas à cidade, velhas áreas residenciais decaem, outras rejuvenescem. Explica ainda (JOHNSTON, 1974:38-41) as razões da diferenciação residencial:

1. a importância de morar na área adequada ao status socioeconômico e familiar;
2. a relação distância-tempo-custo para emprego, compras, vizinhança e relações de amizade;
3. outras razões como, em alguns casos, laços de parentesco, comuns a certos grupos étnicos, em que os familiares procuram viver próximos.

Os dois primeiros são os fatores mais importantes, aliás explicados pelo mesmo autor em outra obra (JOHNSTON, 1979:7), quando explica a maior valorização social de certas áreas mais desejáveis sob o ponto de vista de suas qualidades ambientais, e sob o ponto de vista do dispêndio de tempo e dinheiro para adquirir certos bens de consumo. Quanto ao primeiro caso, Johnston exemplifica: “Os ricos ocupam com anterioridade as colinas em torno das cidades inglesas, livres do vento das áreas indus-

triais. Os centros de controle estão nos lugares mais agradáveis com, se necessário, satélites para os poderosos se recolherem diariamente (o cinturão do coquetel) ou sazonalmente (a estação de montanha).” Assim como os mais abonados podem residir nos arrabaldes luxuosos, também podem se dar ao luxo de assegurar o domínio de áreas centrais para fins de residência, onde se beneficiam da proximidade ao Centro; é o caso da área residencial de alta classe no Central Park, Nova York. Com essa localização privilegiada, minimizam as relações distância-tempo-custo, dentro do princípio muito capitalista (mas não só...) de que tempo é dinheiro, inclusive quando o tempo se refere ao espaço.

Os exemplos e modelos levantados por Johnston e Reynaud mostram, mesmo em escala de bairro, a possibilidade de constatarem-se diferenciações internas. Isso mostra, em outros termos, que o bairro residencial não é a menor unidade de análise: há conjuntos menores, passíveis de serem estudados pela Geografia (com as devidas precauções de abordagem, para não se transformarem em estudos sociológicos). Estas parcelas menores da estrutura urbana, aliás onde mais se realiza a correlação espaço-sociedade-psi-que, são as *unidades de vizinhança*.

O CONCEITO CAMBIANTE DE UNIDADE DE VIZINHANÇA

Unidade de vizinhança é um conceito sociológico. Enquadra-se na categoria dos *grupos primários*, nos quais a noção de territorialidade não está presente com caráter obrigatório, mas que exige o relacionamento interpessoal dentro de um grupo social, de modo a formar um sentimento de união, de “pertencer ao grupo”, de ter um “espírito comum” (CHINOY, 1982:177).

É um conceito que se desenvolveu a partir dos estudos de Sociologia rural nos Estados Unidos. Com esta restrição espacial de alcance (isto é, um fenômeno típico das áreas rurais) foi utilizado por Max. SORRE (1952) em “Les fondements de la géographie humaine”. Pouco mais tarde o mestre dilatou — como seria de esperar — a amplitude do termo, aplicando-o também ao fato urbano: “Desde cedo os sociólogos americanos, especialmente os de Chicago, pesquisaram o funcionamento dessas pequenas unidades que nascem de um movimento espontâneo independente de qualquer ação administrativa. Elas são cimentadas pelo duplo liame da contigüidade residencial e de um ou vários interesses para objetivos os mais diferentes. Constituem para seus membros um meio material e sentimental. São os *neighbourhoods* e em seu estudo o sociólogo está verdadeiramente em seu terreno.” (SORRE, 1957:180).

A noção de unidade de vizinhança tem trânsito na Sociologia, na Geografia, no Urbanismo — porém com a abrangência diferente em cada caso.

Nos idiomas usuais ao consulente de língua materna portuguesa, o vocábulo não apresenta um significado único, objetivo, claramente expresso

em sua tradução. Aquela que mais se aproxima da expressão em português é a espanhola: *vecindario*. O inglês *neighborhood* tanto se traduz como bairro quanto como unidade de vizinhança. O mesmo acontece com o francês *quartier*, palavra que além de significar bairro, engloba o conceito administrativo de parte de um distrito urbano (a quarta parte de um “arrondissement”), e significa também unidade de vizinhança. Quanto aos característicos dimensionais, a unidade de vizinhança pode abarcar desde o pequeno aglomerado urbano até a parcela de um bairro. Unidade de vizinhança (*neighborhood unit, unidad vecinal*) tem significado específico em Planejamento Urbano.

Visando colaborar para a organização das cidades, na tentativa de minorar os problemas decorrentes da concentração demográfica nas grandes cidades, bem como melhorar as condições de vida de suas populações, Clarence Perry formulou, em 1929, a *Teoria da Unidade de Vizinhança* (LAVEDAN, 1959:180; KELLER, 1975:184). As cidades devem representar uma hierarquia de grupos. Na base está a unidade de vizinhança; ela tem um significado demográfico e espacial: corresponde à área com população necessária para, com as crianças, assegurar o funcionamento de uma escola primária, isto é, segundo Perry, cerca de 5.000 habitantes. A reunião de diversas unidades de vizinhança formará um conjunto maior, a *unidade residencial*. Diversas unidades residenciais formarão a *cidade*.

Nesta formulação, a unidade de vizinhança é parcela integrante da cidade, tendo conotação de bairro — mas tem a dimensão aproximada, do ponto de vista populacional, de uma cidade pequena. Ela deve apresentar alguns característicos que lhe dão condições adequadas de habitabilidade: a) elas são servidas internamente por vias de circulação para pedestres e para tráfego leve e lento; as vias expressas e de tráfego pesado as contornam; b) elas devem possuir órgãos de vida comunitária, de modo a não dependerem, em tudo e no todo, do restante da cidade; devem ser de certa maneira auto-suficientes, dispo-ndo de escola, parques e campos desportivos, armazéns para abastecimento freqüente — e Lavedan acrescenta: nada impede que venham a contar com lavanderia, creche, dispensário médico, biblioteca, igreja).

Em escala idêntica, no panorama habitacional brasileiro de hoje, unidades de vizinhança são os conjuntos habitacionais financiados pelo SFH/BNH, denominados COHABs ou INOCOOPs⁴, muitos deles, no entanto, não dispõem de condições mínimas de infraestrutura residencial coletiva (aquelas lembradas por Perry e Lavedan, inclusive rede de esgotos e calçamento). Podem ser de dois tipos:

1. conjuntos residenciais de desenvolvimento horizontal, onde habita-

⁴ SFH/BNH: Sistema Financeiro de Habitação/Banco Nacional de Habitação. COHAB: Cooperativa Habitacional; INOCOOP: Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais.

ções unifamiliares estão representadas por moradias térreas que contam com espaço para um pequeno jardim;

2. conjuntos residenciais de desenvolvimento vertical, nos quais constroem-se edifícios de habitação multifamiliar, onde apartamentos unifamiliares se justapõem e se superpõem no mesmo prédio com até quatro pavimentos (para dispensar a obrigatoriedade de instalar elevador).

A dimensão normal das habitações unifamiliares é inferior a 75 m² de área construída. Sua localização mais característica corresponde à periferia urbana de expansão recente, onde quase tudo falta: transporte coletivo freqüente e barato, escola, supermercado, ambulatório médico, destacamento policial, etc.

Conjuntos residenciais de desenvolvimento vertical, capazes de alojar milhares de moradores, em muitos aspectos semelhantes e talvez precursores dos conjuntos COHABs, foram construídos na Viena de entre-guerras: os *hof*, implantados na cidade entre 1919 e 1934, sob administração socialista (LAVEDAN, 1959:183), antes da anexação da Áustria à Alemanha nacional-socialista. Eram conjuntos de prédios de apartamentos com 3 ou 4 andares, construídos em torno de um jardim (“hof”) que lhes ficava interno, totalizando em média 1.000 moradias. Evocavam, em suas denominações, figuras do socialismo (comunismo) europeu: Matteoti Hof, Engel Hof, Karl Marx Hof. Deve-se salientar que foram construídos sem a preocupação de recriar cidades-jardim ou de alegar uma tendência de retorno a natureza, subjacentes ao modelo da “neighborhood unit” de Perry. Pelo contrário: os “hof” vienenses foram implantados dentro da cidade, e não na periferia de especulação imobiliária atenuada. Importante era a infra-estrutura do conjunto residencial: consultório médico, lavanderia, cooperativa de consumo (alimentos), creche, jardim de infância, correio, biblioteca, armazém, farmácia, centro juvenil, etc.

Com exemplo nos “hof”, os conjuntos COHAB brasileiros são projetos de planificação residencial urbana a serem reavaliados, e para essa reavaliação é importante que seja levado em conta o processo psíquico-social que, neles, obrigatoriamente está inserido. Em cada conjunto forma-se uma ou mais de uma comunidade, cujas aspirações e motivações devem ser consideradas — se possível antes da implantação físico-territorial do projeto.

Chega-se, pois, à necessidade de trabalhar com o conceito de *comunidade*, que é também um grupo primário. É portanto um conceito no essencial sociológico; envolve a noção de interesses comuns que aproximam, nas aspirações gerais ou específicas, um grupo de pessoas que convivem com certa proximidade física ou de interesses. Observe-se que a proximidade não é, com caráter obrigatório, de cunho residencial

Há diferentes escalas de comunidade. Nesse sentido Tönnies distinguiu três formas (REYNAUD, 1979:30):

1. comunidade de sangue, formada por laços familiares, sem que a contigüidade física seja obrigatória;

2. comunidade de espírito, formada por laços culturais, também dispensando a exigência de contigüidade física;

3. comunidade de lugar, formada pela vizinhança, isto é, pela proximidade física entre os indivíduos que a compõem.

Reynaud acentua que “atrás da noção de auto-correlação espacial (comunidade, para o autor) está a idéia que os pensamentos ou as ações de um indivíduo dependem, em parte, daquilo que os indivíduos que o cercam pensam e fazem.” Entra em jogo a *consciência coletiva* (E. Durkheim) ou a *imitação* (G. Tarde). É inegável que, até certo ponto, cada pessoa é influenciada pelas demais com quem se relaciona ou convive. Por outro lado, as pessoas tendem a conviver, a manter relações sociais com seus pares, com outras pessoas pertencentes à mesma categoria social; neste sentido Reynaud está certo ao afirmar, em um jogo de palavras *sui generis* para justificar sua concepção de comunidade (auto-correlação espacial) que, assim como se diz “Quem se reúne se parece”, pode-se inverter e dizer “Quem se parece se reúne”. É um jogo de palavras, diga-se, que tem conotação geográfica muito significativa quando considerado a nível de estrutura social e físico-espacial da cidade: ela é constituída, nos bairros ou unidades menores, por gente que se reúne porque tem algo em comum — o status socioeconômico, a etnia, às vezes a profissão (exemplo: as vilas militares).

Dois fenômenos são característicos da comunidade:

1. um fenômeno de *imitação*: certas estruturas elementares repetem-se até se tornarem dominantes, no campo das reações, dos gostos, da cultura, das atitudes políticas;

2. um sentimento de *participação*: a comunidade baseia-se no prazer que cada um tem de estar constantemente na presença de pessoas que o conhecem pessoalmente, assim como conhecem a sua história.

O sentimento de participação leva à consciência de “apropriação sentimental” do território da comunidade; este sentimento pode manifestar-se por sinais materiais no espaço urbano: pichações de muros e paredes com *graffiti* diferenciados entre bairros, ou o uso de placas e cartazes no idioma materno, ou evocando a pátria de origem, em certos bairros de etnia imigrante. É também o caso do uso de placas, cartazes e símbolos regionais (cartazes em idioma catalão em Barcelona).

A respeito da consciência de território, REYNAUD (1979:68) chama a atenção para o fato de que ela varia de acordo com a classe social: é mais restrita à dimensão de bairro entre as classes baixas, e se amplia para a dimensão da cidade como um todo (omitindo em geral um forte sentimento de bairro) entre as classes média e alta.

Foi referido que o bairro pode comportar componentes sociais menores — até a unidade familiar. É justamente uma destas unidades menores — aquela que funciona acima do nível da família — que vem merecendo a atenção de sociólogos, geógrafos e demais profissionais que cogitam dos problemas de organização do espaço urbano. Tal elemento é denominado, pelos sociólogos, *unidade de vizinhança*, e não deve ser confundido com a “neighborhood unit”.

Estudo sociológico sobre as unidades de vizinhança foi desenvolvido por Suzanne KELLER (1975), e é com fundamento nas considerações por ela apresentadas que desenvolver-se-ão os tópicos seguintes. Note-se que sempre está embutida na discussão, de forma evidente ou latente, a noção de espaço, de modo que os liames entre o sociológico e o geográfico mantêm-se como uma constante.

Há três diferentes concepções sobre o que é uma unidade de vizinhança, refletindo uma nítida ambigüidade conceitual:

1. é uma *área com propriedades físicas*: coincide com a idéia de bairro como unidade administrativa; corresponde a um espaço físico-territorial, a englobar sítio e realizações materiais (prédios, ruas, serviços, infraestrutura sanitária, etc.);

2. é uma *série de atividades e relações humanas*, em que o elemento contigüidade territorial é dispensável; confunde-se com uma das noções de comunidade, v. gr. o conjunto dos associados de um clube recreativo, que formam um grupo coeso a despeito de residirem em diferentes extremos de uma cidade;

3. é uma *área com relações e atividades sociais*; tem um espaço definido onde residem pessoas que vizinham, se relacionam e mantêm vínculos associativos, pelo menos em certo grau.

O terceiro é o significado mais usual, e o que mais vem interessando ao geógrafo. Ainda nesta conceituação, é importante não esquecer o requisito de dimensão; a unidade de vizinhança, tal como é entendida, não tem um referencial de tamanho: tanto pode corresponder a um pequeno núcleo urbano quanto a um bairro ou a uma parcela de um quarteirão. Aliás, esta é uma das dificuldades operacionais nos trabalhos de campo quando se emprega tal unidade de investigação.

KELLER (1975:5) assim define as unidades de vizinhança: “subunidades locais significativas, com cooperação local entre os residentes.” Desta definição extraem-se seus três elementos componentes (KELLER, 1975:14):

1. os *vizinhos* — eles mantêm atitudes sociais, frente aos demais, que não se confundem com relações de parentesco ou de amizade, mas que podem chegar a esse grau de relacionamento;

2. as *relações de vizinhança*, com laços de cooperação — decorrem da proximidade residencial, e estão associadas ao papel de vizinho; podem variar desde ritos de vizinhança muito formais, até contatos informais, casuais, esporádicos; podem oscilar desde a ajuda mútua diária em cuidar das crianças, até o auxílio prestado somente em caso de extrema necessidade, como doença ou morte;

3. a *vizinhança*, a *área em si*, onde vivem os vizinhos e onde têm lugar as relações de vizinhança; os locais onde ocorrem as relações podem corresponder às residências (visitas entre amigos), à rua, a encontros regulares em um bar, no clube, no salão de festas, na igreja, etc.

Nos três elementos integram-se a sociologia com a psicologia social (os vizinhos, suas relações e espírito de cooperação) com a geografia (a base

territorial, os característicos de dinâmica demográfica da população nela assentada).

A definição proposta por Ruth Glass (KELLER, 1975:128) é ampla; tem mais abrangência. Mantém os elementos essenciais do fato social em consideração, mas permite associações indevidas com a noção de comunidade: unidade de vizinhança é “grupo territorial diferenciado, cujas diferenças obedecem às características físicas e sociais de seus habitantes.” Parece-nos que a clareza está prejudicada pela imprecisão de significado da expressão “características físicas de seus habitantes”. São características físico-antropológicas, por exemplo raça ou etnia? A despeito da indefinição de termos, três elementos estão presentes: território diferenciado, grupo social diferenciado de outros grupos, e especificidade dos habitantes. Note-se, porém, a ausência do requisito fundamental, o de vizinhança entre os componentes do grupo.

A caracterização das unidades de vizinhança desenvolvida por KELLER (1975:127) parece ser a mais adequada; elas referem-se essencialmente a áreas diferenciadas dentro de unidades espaciais de maior extensão; a diferenciação das áreas manifesta-se pela existência de

1. *limites geográficos* percebidos pelos componentes do grupo, ainda que possam ter referenciais físicos imprecisos (um segmento de rua, uma praça, uma encosta de morro, etc.);

2. *característicos étnicos ou culturais*; Keller reflete, neste item, a forte influência, que vivenciou, de sua origem européia e de seu desempenho profissional nos Estados Unidos; no Brasil, raça, etnia e padrões culturais podem ser secundários na formação e individualização de unidades de vizinhança;

3. *unidade psicológica* entre os componentes do grupo; as pessoas “sentem pertencer” não apenas ao grupo, mas também ao “território do grupo”; o fenômeno de percepção social e espacial neste caso é básica, ainda que sua *intensidade* possa — e costuma ser — variável em escala de pessoa e de família;

4. *uso concentrado de uma área* para compras, lazer, ensino, etc.; a existência, no espaço territorial ocupado pelo grupo, de algum tipo de *prestação de serviços* essenciais ou de convívio (supermercado, armazém ou bar, escola, clube social, igreja, dentre outros), vem sendo considerada a *condição sine qua non* para a configuração de qualquer unidade de vizinhança — mas tal exigência é discutível: pode acontecer, por exemplo, que a área tenha uso concentrado somente para fins residenciais, mantidos os requisitos psíquico-sociais (grupos residenciais de classe alta costumam enquadrar-se nesse caso).

Roland Warren (KELLER, 1975:128) dá os característicos das unidades de vizinhança, no sentido sociológico do termo:

1. são lugares com um nome conhecido por seus habitantes;
2. têm tamanho menor do que uma comunidade;

3. possuem equipamentos de uso comum a seus moradores: armazém, bar, moínho, escola;

4. nelas ocorrem relações sociais, sob diferentes modalidades: relações de amizade, ajuda mútua entre moradores da área, etc.

São lugares que têm tamanho, e por isso têm *limites*, ora físicos, ora simbólicos, muitas vezes ambos: ruas, parques, vias férreas, um monumento referencial, a tradição histórica (caso freqüente quando a unidade tem escala de bairro, a exemplo de Alfama, de Lisboa).

São lugares que têm equipamento urbano: ruas, habitações, densidade e tipo de construções, em suma todo um conjunto de características físicas que denotam uma determinada *qualidade de vida*, que dão ao lugar uma valorização como área boa ou inadequada para morar.

Verifica-se, assim, que a unidade de vizinhança tem *configuração estética* e *espacial*, que permite diferenciá-la de outras unidades e comunidades — e isso interessa à Geografia.

UNIDADES DE VIZINHANÇA E GEOGRAFIA

Questiona-se quão real é o conceito de unidade de vizinhança em termos empíricos e operacionais.

Sua mais larga aplicação vincula-se ao planejamento urbano — e aqui participa o geógrafo — e tem sido empregada na acepção da “neighborhood unit” de Perry, isto é, como um modelo a ser utilizado para melhor organização do espaço. Subjacente está a idéia de melhorar as condições de vida de uma população.

Mesmo nesse sentido, entretanto, KELLER (1975:184-220) aponta certas dificuldades práticas na implantação de unidades que sejam realmente eficazes na consecução do objetivo de solucionar problemas humanos e urbanos. Entre as dificuldades para a aplicação do modelo da “neighborhood unit”, a autora dá destaque a três: a) a questão do tamanho das unidades: argumenta-se que a dimensão original (cerca de 5.000 habitantes) seria demasiado grande para configurar uma verdadeira vizinhança; b) a inconveniência em centralizar a vida local em torno de uma única atividade “catalizadora” principal das relações sociais — em particular se girar em torno de uma escola primária; c) o indesejável mas inevitável desenvolvimento de certas modalidades de segregação, decorrentes do status familiar diferenciado quanto à situação das famílias: casais sem filhos, ou com filhos pequenos, ou com filhos que já não se vinculam à escola vicinal, não teriam razões para gravitar sua vida de sociabilidade e de interesses comunitários em reuniões do tipo “pais e mestres”.

A autora mostra propostas alternativas ao modelo original:

1. a consideração da existência de duas entidades operacionais diferentes em escala: a) as *unidades pessoais* (ou sociais), constituídas pelas pessoas que realmente se relacionam em uma vizinhança de proximidade

territorial, e b) as *unidades impessoais* (ou urbanas), formadas por conjuntos mais amplos em que o conhecimento entre pessoas não tem significância;

2. o planejador pode levar em conta as *vizinhanças transmutantes*, que englobam o espaço no qual as pessoas se deslocam na procura de pontos de interesse: uma escola média, o setor ou sub-centro comercial da cidade, e outros, isto é, extrapolam-se os limites das unidades menores;

3. a utilização do conceito de *vizinhança de serviço*: a grande área urbana é dividida em uma série de áreas de serviço entrelaçadas e hierarquizadas (não deixa de ser a miniatura de uma rede de localidades centrais em escala intraurbana);

4. a consideração da *vizinhança de responsabilidade coletiva*, que necessita, para ser operacional, da colaboração efetiva (autogestão) dos moradores; a unidade deve operar em dois níveis: a) a *vizinhança de rua*, com preocupações centralizadas no atendimento à rotina diária, e b) a *vizinhança de bairro*, exercida em associações participativas que contem com porta-vozes atuantes que sirvam como intermediários junto ao Poder Público responsável pela gestão ou ação no espaço urbano.

Em resumo, nas diferentes acepções como unidade de planejamento, o conceito de unidade de vizinhança, ainda que não perca seus característicos sociológicos, afirma-se cada vez mais, na prática, como algo que deve ser dimensionado para poder funcionar como uma realidade material: o traço de união, para fins de planejamento, é a *zona de prestação de serviços* (que não é sinônimo de zona comercial!). É o território no qual as pessoas vivem em seu mundo diário, do qual é costume excluir — mas nem sempre obrigatoriamente — o local de trabalho. Neste sentido, os moradores de uma só residência podem ter distintos espaços de uso diário, com alcances bastante diferenciados. A superposição, na planta urbana, dos espaços de uso diário dos moradores de uma área, definiria em largos traços a unidade referencial de planificação.

Não há novidade, neste enfoque, para o geógrafo. A caracterização de áreas de prestação de serviços corresponde a um procedimento de análise corriqueiro no estudo da estrutura interna de cidades. A perspectiva da análise das relações de uso do espaço no tempo diário encontra exemplo nos estudos de Hägerstrand com seu modelo tempo-geográfico da sociedade (CHRISTOFOLETTI, 1982:299).

“Sociólogos estão tendendo, em geral, a pôr de lado a unidade de vizinhança como um conceito, mas os geógrafos sociais continuam a reconhecer sua validade e significância contemporânea, como demonstrada por (1) emergência de associações comunitárias ou de bairro; (2) grupos empenhando-se em diversificados graus de descentralização política, por prudência no uso do espaço de bairro.” (HERBERT & THOMAS, 1982:378).

O emprego da unidade de vizinhança, nas suas diferentes concepções, tem significância para a geografia, e para a Geografia urbana em particular, desde que se dê ênfase ao social como elemento caracterizador do espaço.

Mas ao trabalhar com o conceito, que é no essencial sociológico, o profissional da Geografia deve se precaver contra algumas armadilhas que podem surgir ao lidar com unidades operacionais que não lhe são de todo familiares, por pertencerem à esfera de especialização de outro cientista mais equipado para analisar o fenômeno sociológico. Duas precauções são especiais: a) a definição dos critérios para diferenciar classes sociais, e b) a seleção dos critérios para estabelecer as modalidades e a intensidade das relações de vizinhança pertinentes.

Até qual escala de pormenor o fenômeno social deve ser projetado no espaço pelo geógrafo? A unidade de levantamento de dados (o estabelecimento, a moradia, a família) só tem significado geográfico se agregada em conjuntos mais amplos, o de quadra, quarteirão ou bairro por exemplo. Pense-se, v. gr., em termos de mapeamento funcional de um quarteirão: a legenda poderá diferenciar imóveis de acordo com as peculiaridades sociais dos usuários, mas os pormenores internos de cada família escapam, em princípio, ao campo da geografia. Devem interessar ao sociólogo, ou ao arquiteto, que analisam ou projetam pequenas unidades, mas não ao geógrafo, ao planejador urbano, ao urbanista, que trabalham em escala de menor pormenorização cartográfica. Seus somatórios, entretanto, interessam a todos.

No que tratam de *escalas de análise*, HERBERT & THOMAS (1982:377) consideram cinco tipos de unidades de vizinhança, e apresentam seus critérios de identificação:

1. *área percebida*: tem expressão espacial e capacidade de ser reconhecida; pode ser definida por mapas mentais;

2. *unidade morfológica*: é o resultado, planejado ou não, de uma etapa do desenvolvimento urbano; tem delimitação física (feições e limites) e feições comuns; pode ser definida pela observação e por mapas morfológicos;

3. *área social*: resulta da seletividade social no espaço; tem homogeneidade social e unidade demográfica; é reconhecida pela análise social e por indicadores censitários;

4. *sistema de atividade local*: inclui interação social e uso de serviços essenciais locais (nódulos ou pontos de confluência local); é identificado por estudos de atividades e padrões de deslocamentos;

5. *verdadeira comunidade*: nela há senso de pertencer, coesão social, identificação com o lugar; é identificada por mapas cognitivos, interação social, laços comuns, sentimento de comunhão entre os moradores.

Múltiplos critérios ou indicadores podem ser utilizados para estabelecer a *delimitação* de unidades de vizinhança; eles não são *a fortiori* concomitantes, mas podem ser superpostos em cartogramas sucessivos, de modo a configurarem os contornos da unidade dentro do espaço maior ao qual ela pertence. A determinação dos limites pode ser feita (HERBERT & THOMAS, 1982:378):

1. por *barreiras ecológicas*: uma rua, um riacho, o leito de uma ferrovia podem separar unidades; os limites estabelecidos pela administração pública nem sempre coincidem com os mentalizados pelos moradores;

2. pela detecção de *áreas homogêneas do ponto de vista estatístico*: aqueles espaços que apresentam características sociais semelhantes, dentro de faixas de variação amostral pré-estabelecidas pelo investigador, e que separam-se numericamente de outros cujos características são distintos;

3. pela *análise de atividades*, que mostram ligações e distâncias entre residências e nódulos; os trajetos diários que os moradores percorrem por diferentes razões, em especial aquelas não vinculadas a emprego afastado da área residencial, delimitam o espaço social e de serviços da população envolvida na pesquisa;

4. pelo *levantamento de imagens mentais*, tal como são percebidas pelos moradores, sobre os limites da unidade de vizinhança em que vivem; trata-se aqui da configuração de limites imprecisos, esboçados mentalmente por processos de percepção do meio ambiente.

Em qualquer dos casos, o emprego de técnicas cartográficas para delimitar espaços é essencial, em complementação aos levantamentos de campo que forçosamente devem ser efetuados.

A título de modelo, apresentamos um esquema operacional que pode ser utilizado pelo geógrafo para trabalhar com unidades de vizinhança.

Fundamental é, em primeiro lugar, definir a unidade a ser investigada, e destacar seus elementos componentes e explicativos; em função da definição processar-se-á a etapa de coleta e tabulação dos dados a serem levantados no inquérito, porque é o conceito que determina as variáveis a levantar e analisar. Em segundo lugar devem ser caracterizados os elementos da definição; no caso de unidades de vizinhança, dois conceitos sociológicos devem ser explicitados: o que é vizinhança, e qual o tipo de relações que há entre os componentes do grupo. Em terceiro lugar, delimitar os características geográficos que são pertinentes à área, quais deles enfatizar ou apenas tangenciar.

Em nossa proposta, optamos pela explicitação de Keller aos elementos constitutivos de uma unidade de vizinhança: os *vizinhos*, as *relações* entre eles, e a *área* de convivência. Outras conceituações poderiam servir de base, como a de Glass ou a de Sorre; nestes outros casos, os elementos constitutivos não seriam forçosamente os mesmos, modificando-se pois as variáveis intervenientes.

Estudar os *vizinhos* implica em a) caracterizar sua classe social, b) definir vizinho, devido à necessidade de dilatar o conceito para além daqueles que moram lado a lado, vis a vis, fundo a fundo; c) verificar até qual *distância* alguém é vizinho de outrem e, com estes dados, d) determinar o número de vizinhos, i. é, o *tamanho* da unidade, e seus limites, ainda que imprecisos. Determinar a classe social é tarefa complexa, por envolver parâmetros objetivos e subjetivos de avaliação; levantar o alcance territorial do que seja vizinhança também é tarefa complexa, mas o pro-

blema pode ser resolvido pela superposição de diversos mapas mentais (mesmo que descritos apenas verbalmente) levantados dentre a população inquirida.

A *modalidade e a intensidade das relações* constituem, por sua natureza, os elementos “menos geográficos” da investigação. As relações entre os moradores são apenas relações de sociabilidade: troca de visitas domiciliares, reuniões no bar ao cair da tarde? são relações de ajuda mútua: transporte solidário para o ir e vir do trabalho, para levar as crianças à escola, ou fazer companhia ao vizinho em caso de doença? podem gerar atitudes ou associações de cunho reivindicatório, como impedir o trânsito em uma rua ou formar uma associação de moradores? As relações são freqüentes ou ocasionais? Em toda a área as relações são da mesma natureza? Perguntas como estas, além de outras que sejam pertinentes, devem ser respondidas e as respostas devem ser explicadas, por exemplo pela atuação dos componentes sócio-culturais (étnicos, religiosos, profissionais, ...) que interferem sobre o comportamento do grupo.

É no trato do terceiro elemento, os *característicos da área*, que o geógrafo mais se sente à vontade — é o seu campo específico de atuação, no qual está bem equipado em conteúdo e técnicas para trabalhar. Localização da área no conjunto urbano, as implicações disso decorrentes; o sítio e seu significado para o visual, os problemas geotécnicos e a infraestrutura urbana do lugar; a qualidade ambiental, vinculada tanto aos característicos do sítio quanto aos da população; a mobilidade da população: movimentos pendulares, procura de serviços (abastecimento, escola, saúde etc.), procedência dos moradores, local de emprego; profissões, etc.; todas são variáveis as quais o geógrafo está habilitado para levantar e analisar com capacidade crítica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Investigar unidades de vizinhança implica, para o geógrafo, em familiarizar-se com conceitos e técnicas de pesquisa da Sociologia, em incursionar pelos caminhos da Psicologia social e, ao mesmo tempo, em não perder os rumos da Geografia. É um campo de atuação que lhe representa um desafio, pelos perigos de desviar-se das diretrizes geográficas da investigação, mas é, também, um campo de trabalho que convida à ação multidisciplinar, à análise do social que deve estar presente na Geografia, à proposição de soluções alternativas para a problemática do homem urbano.

Investigar unidades de vizinhança implica em verificar que elas não são um mito sociológico, mas que elas são múltiplas e diversificadas realidades sócio-espaciais existentes dentro da cidade. São elementos componentes da complexidade urbana, e como tal é necessário que sejam consideradas: não como uma unidade de estudo em si, mas como unidades que, somadas e justapostas nas escalas de bairros ou setores, permitem melhor compreender

— para tentar aperfeiçoar — o intrincado mosaico sócio-geográfico que é a cidade hodierna: um todo diversificado e contraditório nas suas partes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHINOY, Ely. *Sociedade. Uma introdução à Sociologia*. 8.^a edição. São Paulo, Cultrix, 1982.
- CHRISTOFOLETTI, Antonio (org.). *Perspectivas da Geografia*. São Paulo, Difel, 1982.
- HERBERT, David & THOMAS, Colin J. *Urban geography. A first approach*. Chichester, John Wiley & Sons, 1982.
- JOHNSTON, R. J. *Urban residential patterns. An introductory review*. London, G. Bell and Sons Ltd, 1974.
- . *Political, electoral and spatial systems*. Oxford, Clarendon Press, 1979.
- KELLER, Suzanne. *El vecindario urbano. Uma perspectiva sociológica*. México, Siglo Veintiuno Editores, 1975.
- LAVEDAN, Pierre. *Géographie des villes*. Paris, Gallimard, 1959.
- MURDIE, Robert A. *The social geography of the city: theoretical and empirical background*. In BOURNE, Larry S. (ed.) *Internal structure of the city. Readings on space and environment*. N. York, Oxford University Press, 1971.
- REYNAUD, Alain. Le concept de classe socio-spatiale. La notion de “région” dans le contexte social. *Travaux de l'Institut de Géographie de Reims*, n.º 38, 1979.
- SANTOS, Milton. *Manual de Geografia Urbana*. São Paulo, Hucitec, 1981.
- SORRE, Max. *Fondements de la géographie humaine. Cahiers Internationaux de Sociologie*, ano 3, vol. V, 1948. In MEGALE, J. F. (org.) *Max. Sorre*. São Paulo, Ática, 1984.
- . *Les fondements de la géographie humaine. Tome III. L'habitat, conclusion générale*. Paris, Armand Colin, 1952.
- . *Géographie psychologique. Traité de Psychologie Appliquée. Livre VI, Chapitre III*. Presses Universitaires de France. Paris, 1954.
- . *Recontres de la géographie et de la sociologie. Petite Bibliothèque Internationale. Série A: Auteurs contemporains*. Paris, Librairie Marcel Rivière et Cie., 1957.